

# O apagão docente no Brasil: o caso da Pedagogia no Estado do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>

Luciane Spanhol Bordignon<sup>2</sup>  Egeslaine de Nez<sup>3</sup> 

## Resumo

A formação inicial de professores constitui-se temática de estudos e pesquisas e caracteriza-se como um momento privilegiado para os futuros professores e contribui fortemente para ampliar os saberes e conhecimentos necessários ao exercício da profissão docente. Nesta perspectiva, o alerta sobre o apagão docente ressurgiu: há carência de professores no Brasil para lecionar na Educação Básica. Neste sentido, o problema a ser discutido, neste estudo, centra-se em: como se configura a oferta de cursos de licenciatura no Rio Grande do Sul, nas universidades públicas e comunitárias? E nesse mote, como se encontra o curso de Pedagogia? O procedimento metodológico se articula em dois eixos: um de natureza bibliográfica e de análise documental nos sites das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e comunitárias. Este artigo objetiva analisar o panorama de oferta dos cursos de formação inicial de professores, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), nas universidades públicas e comunitárias, possibilitando o mapeamento das ausências de oferta, bem como a situação da Pedagogia neste contexto. Os resultados identificam que as instituições precisam buscar melhor inserção na sociedade local e regional, analisando, discutindo e equacionando as diferentes situações vivenciadas. As considerações são indicativas de que a realidade do apagão de professores no RS, também se faz sentir pela ausência de oferta na formação inicial.

**Palavras-chave:** Educação Superior, Formação de professores, Pedagogia, Apagão docente, Políticas públicas.

## The teacher shortage in Brazil: the case of Pedagogy in the State of Rio Grande do Sul

## Abstract

The initial training of teachers constitutes a thematic focus of studies and research. It is characterized as a privileged moment for future teachers, which contributes significantly to expanding the knowledge and skills necessary for the exercise of the teaching profession. From this perspective, the warning about the teacher shortage resurfaces: there is a lack of teachers in Brazil to teach in Basic Education. In this sense, the problem to be discussed in this study focuses on: how is the offer of undergraduate courses in Rio Grande do Sul configured, in both public and community universities? And within this context, what is the status of the Pedagogy course? The methodological procedure is articulated along two axes: one of a bibliographic nature and the other involving research on the websites of public and community Higher Education Institutions (HEI). This article aims to analyze the panorama of the offer of initial teacher training courses in the State of Rio Grande do Sul (RS), both in public and community universities, enabling the mapping of gaps in supply, as well as the situation of Pedagogy within this context. The results identify that institutions need to seek better integration into the local and regional society, analyzing, discussing, and addressing the different situations experienced. The considerations indicate that the reality of the teacher shortage in RS is also felt through the absence of offerings in initial teacher training.

**Keywords:** Higher Education, Teacher training, Pedagogy, Teacher shortage, Public policies.

<sup>1</sup> Uma versão preliminar de parte deste estudo foi apresentado no XVI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE); VII Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE) e IX Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO) que aconteceram, concomitantemente, em setembro de 2023, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

<sup>2</sup> Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, Brasil. E-mail: lucianebordignon@upf.br

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: e.denez@yahoo.com.br

## El apagón docente en Brasil: el caso de la Pedagogía en el Estado de Río Grande do Sul

### Resumen

La formación inicial docente es un tema de estudio e investigación; se caracteriza por ser un momento privilegiado para los futuros profesores, además contribuye en gran medida a ampliar los conocimientos y saberes necesarios para el ejercicio de la profesión docente. Desde esta perspectiva, resurge la advertencia sobre el apagón docente: hay escasez de docentes en Brasil para enseñar en Educación Básica. En este sentido, la problemática a discutir en este estudio se centra en: ¿cómo se configura la oferta de cursos de pregrado en Río Grande do Sul, en las universidades públicas y comunitarias? Y sobre esta ruta de indagación cómo se encuentra la carrera de Pedagogía? El procedimiento metodológico se articula en dos ejes: uno de carácter bibliográfico y otro de investigación en los sitios web de Instituciones de Educación Superior (IES) públicas y comunitarias. Este artículo tiene como objetivo analizar el panorama de la oferta de cursos de formación inicial docente en el Estado de Río Grande do Sul (RS), en universidades públicas y comunitarias, permitiendo mapear la falta de oferta, así como la situación de la Pedagogía, en este contexto. El artículo se divide en tres temas, además de la introducción y las conclusiones: el primero presenta la metodología del estudio; el segundo aborda las universidades y la formación inicial docente y el tercero aborda el apagón docente y el lugar de la Pedagogía. Los resultados identifican que las instituciones necesitan buscar una mejor inserción en la sociedad local y regional, analizando, discutiendo y considerando las diferentes situaciones vividas. Las consideraciones son indicativas de que la escasez de docentes en RS es en parte por la falta de oferta en formación inicial.

**Palabras clave:** Educación Superior, Formación docente, Pedagogía, Apagón docente, Políticas públicas.

### REFLEXÕES INICIAIS

De tempos em tempos, o alerta ressurgue de inúmeras formas possíveis: há carência de professores no Brasil para lecionar na Educação Básica. Cabe destacar que: “o fato é que a uma parte dos países ainda não logrou atingir os padrões mínimos necessários para colocar a profissão docente à altura de sua responsabilidade pública, para com os milhões de estudantes” (Gatti, 2009, p. 8) e isso também vale para a realidade brasileira. Vários são os fatores que interagem na composição dos desafios à formação docente, cuja análise revela a complexidade da questão.

De acordo com o Censo da Educação Superior, divulgado pelo INEP (Brasil, 2020), o crescimento de ingressantes em licenciaturas, na última década, foi inferior do que o registrado nos demais cursos. Em dez anos, o número de calouros em licenciaturas cresceu 53,8%, porém nos demais cursos, o acréscimo foi de 76%. Embora o crescimento dos ingressantes tenha sido de 53,8%, os egressos em licenciatura, apresentaram um crescimento de apenas 4,3% (Cenários da educação, 2020).

Um estudo realizado pelo Instituto Semesp (2022) projeta o possível déficit de 235 mil docentes no Brasil no ano de 2040, caso nada seja feito para reverter o quadro atual. A situação não é diferente no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Segundo pesquisa do Centro de Professores do Rio Grande do Sul (CPERS), em 2022, havia carência de 351 educadores, na rede pública estadual.

Diante deste panorama, o presente artigo tem como problemática de investigação: como se configura a oferta de cursos de licenciatura no RS, nas universidades públicas e comunitárias? Qual o lugar que a Pedagogia ocupa neste contexto? Para isso, leva em consideração o contexto estadual

(local/regional) sem deixar de valorizar o contexto global (Brasil) da formação de professores. Nesta direção, este artigo objetiva analisar o panorama de oferta dos cursos de formação inicial de professores, no RS, nas universidades públicas e comunitárias, possibilitando o mapeamento da oferta, bem como o lugar que a Pedagogia se encontra.

A proliferação de documentos referentes à reforma do sistema educacional implementada pelo Ministério da Educação (MEC) no Brasil, na última década do século XX (Shiroma, Campos e Garcia, 2005) mobilizou pesquisadores a se debruçarem com ênfase no tema da formação de professores, com o intuito de compreender os elementos deste processo que se inter-relacionam. Essa justificativa respalda a investigação postulada, e, além disso, leva em consideração os estudos realizados por Frigotto (2007).

Ao longo dos anos, algumas possibilidades para elevar a qualidade na formação inicial de professores foram sendo construídas e uma delas foi à criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), em 2007. Outra ação pertinente foi o Programa Residência Pedagógica (RP), em 2018, ambas oriundas do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e financiada pelos órgãos executores.

Para as análises globais e locais que se buscam, o artigo foi dividido em quatro partes, além das considerações iniciais e finais. Na primeira, destaca-se o procedimento metodológico utilizado para esse estudo; na segunda, se trata das universidades e da formação inicial de professores; na parte três, apresenta-se o apagão docente<sup>4</sup> e, na última, o panorama do Curso de Pedagogia no RS, com alguns dados quantitativos para reflexões sobre a temática.

## METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a formação docente no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, considerando a questão do apagão docente que se mostra evidente nos dados regionais. Para isso a metodologia, se orientou por meio de uma pesquisa descritiva com base bibliográfica e levantamento documental (Severino, 2010). Em sendo desta forma, a investigação se articulou em dois eixos: um de natureza bibliográfica e outro baseado em análise documental a partir de pesquisa nos *sites* das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e comunitárias do referido Estado.

A análise dos dados é crítica, buscando a melhor expressão com relação ao objetivo proposto. Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) esclarecem que essa abordagem é essencialmente relacional, visto que investiga o que ocorre relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas. Parte-se do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como instância neutra, acima dos conflitos ideológicos da sociedade como um todo.

<sup>4</sup> Risco iminente de falta de professores em todas as etapas da Educação Básica (SEMESP, 2022).

A temática do apagão docente na Educação Básica, sempre é noticiada, principalmente no início de cada período letivo, quando a necessidade é latente. Os maiores indicadores do apagão docente expressam-se entre outros fatores, tais como na defasagem entre o número professores iniciantes e os da etapa final da carreira, na redução das matrículas, na baixa procura pelas licenciaturas, na ausência de vagas ofertadas, entre outros.

Em relação à oferta de cursos de licenciatura, elenca-se no quadro 1 a amostra das IES públicas e comunitárias no RS. Neste estudo, as seguintes instituições têm disponibilizado os dados para acesso público:

**Quadro 1** – Universidades públicas e comunitárias da amostra pesquisada

UNIVERSIDADE PÚBLICA	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Fundação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (FEEVALE)
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP)
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Universidade Franciscana (UFN)
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Universidade de Passo Fundo (UPF)
-	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)
-	Universidade de Caxias do Sul (UCS)
-	Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)
-	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)
-	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
-	Universidade La Salle (UNILASALLE)
-	Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)

**Fonte:** Bordignon (2023).

É necessário informar, ainda, que na composição desta amostra para o estudo em questão, foram levantados os dados relacionados à oferta dos cursos de licenciaturas presenciais e a distância (EaD), sendo coletados em 2023, considerando a primeira licenciatura. Por fim, destaca-se ainda que a abordagem dos dados teve como base os princípios da análise de conteúdo (Bardin, 1977).

## A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

*Nós falamos de Universidade, hoje, como falávamos há um século atrás, considerando que é mais ou menos a mesma coisa. Ora, a velocidade das mudanças no espaço universitário é enorme (Novoa, 1999, p. 132).*

A universidade tem papel primordial no processo de desenvolvimento humano, na produção do conhecimento científico e no compromisso com a comunidade. Morosini (2006) define-as como

instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Se caracterizam por: produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

Entre os modelos de universidade, para este estudo, foram analisadas, as universidades públicas e comunitárias do RS. A universidade pública, segundo Chauí (2003), sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação e uma prática social fundada no reconhecimento de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições; e, estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Ao discutir sobre a universidade pública, Santos (2005) sugere a criação de uma globalização contra hegemônica, por meio da criação de um projeto nacional, pensado em uma inserção e qualificação dos conhecimentos, tendo quatro protagonistas: a própria universidade pública (que enfrenta as maiores críticas); o Estado Nacional (sempre que este optar pela globalização solidária); os cidadãos (por intermédio dos grupos, Organizações Não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais) e pelo apoio dos mais fortes (integrantes de uma globalização hostil e transnacional).

Panizzi (2020) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que a IES é instada a se transformar e a se reconstruir a partir de ações sustentadas e balizadas por um conjunto de valores consensuados em alguns grandes princípios. Entre eles se destacam: a excelência acadêmica, a não exclusão de áreas, setores, pessoas e compromissos sociais, políticos e econômicos; a inclusão social; as condições de trabalho qualificadas e inovadoras e o uso de instrumentos tecnológicos de comunicação, informática e produção digital.

Já as Universidades Comunitárias (UC) também estão preconizadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). Além disso, a Lei nº 12.881 de 12 de novembro de 2013 dispõe sobre a definição, a qualificação, as prerrogativas e as finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). No RS, essas instituições se organizam no Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), criado em 1996, que atualmente conta com 14 universidades.

As universidades públicas ou comunitárias exercem um papel social fundamental. Neste processo, vários são os desafios que enfrentam, entre eles: a introdução de redes nacionais e mundiais de ensino, espaços de autonomia e gestão e a abertura e/ou manutenção de cursos, principalmente de licenciatura e, neste sentido na formação inicial de professores.

Nez (2014) enfatiza que a partir do século XX houve fatos que mudaram a história da universidade e, consecutivamente, a formação docente. Todo esse movimento repercute na definição das políticas educacionais que se constituem em um dos campos que têm desencadeado interesse de investigadores. Segundo a legislação brasileira, os cursos de licenciatura são os espaços qualifi-

cados responsáveis pela formação inicial de professores para o exercício nos níveis Fundamental e Médio (Cunha, 2006).

Nóvoa (1999) salienta que é natural que os esforços inovadores na área da formação de professores contemplem práticas de formação-ação e de formação-investigação. Porto (1998) corrobora ao afirmar que a formação de professores assume, sem dúvida, posição de prevalência nas discussões relativas à educação numa perspectiva transformadora.

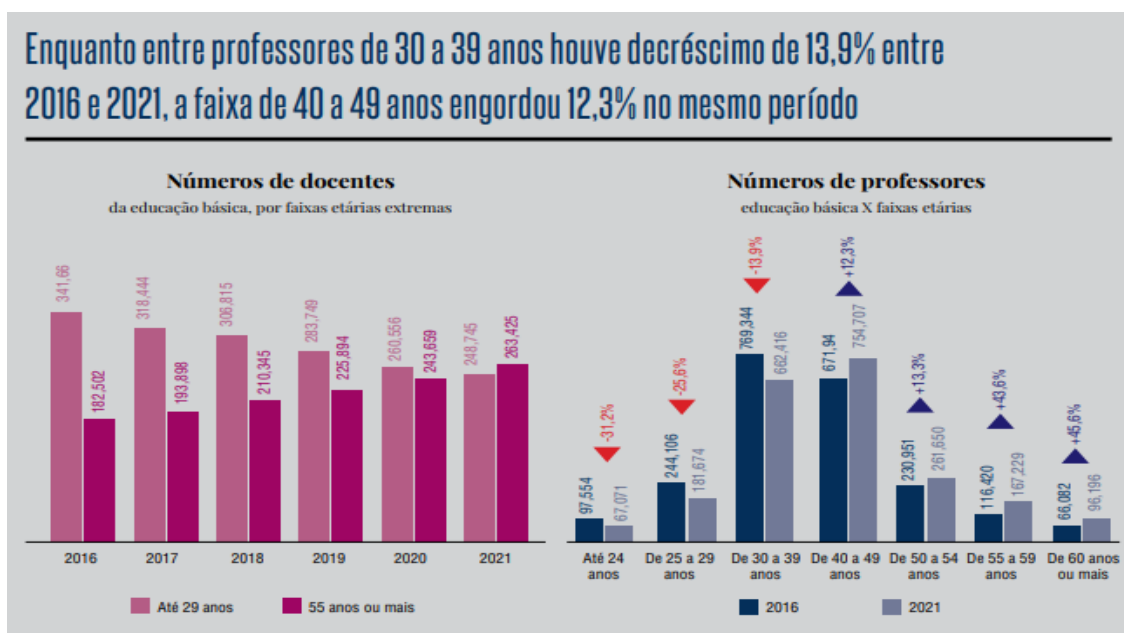
Neste sentido, destaca-se o compromisso de qualquer IES, seja pública ou comunitária, de associação ao compromisso acadêmico, com a formação de novas gerações; ao compromisso profissional, no que tange à formação de profissionais; e, ao compromisso institucional, com a comunidade no seu entorno (Bordignon, 2014). Por fim, Nez e Bordignon (2016) sugerem que as ações de formação de professores, independentemente se organizadas como políticas educacionais, programas institucionais, política de governo, cursos de formação continuada ou de segunda licenciatura, contribuam de sobremaneira para a qualificação docente.

## **| O APAGÃO DOCENTE NO BRASIL: ALGUNS DADOS PARA REFLEXÕES**

*O termo “apagão” docente, “apagão” de professores, “apagão pedagógico” ou ainda “apagão” na educação, tem sido utilizado por parte da mídia para designar a iminente falta de professores para atendimento da demanda por escolarização básica em um futuro próximo (Esquinsani; Esquinsani, 2018, p. 259 – grifos dos autores).*

Em se tratando da defasagem entre professores iniciantes e na etapa final da carreira, pode-se salientar que o envelhecimento docente da Educação Básica é tensionado na pesquisa do Instituto Semesp (2022), que apresenta dois motivos: o primeiro diz respeito ao não crescimento da Educação Básica, em virtude da estabilização do crescimento demográfico, indicando que não há espaço para os recém-egressos para iniciarem na carreira. E o segundo refere-se ao desinteresse da juventude pelo magistério.

Percebe-se que de 2016 a 2021 essa relação vem aumentando. Segundo a pesquisa desenvolvida, observa-se um envelhecimento docente e a queda dos jovens ingressantes na profissão. Nesse período, todas as faixas etárias a partir de 40 anos (40 a 49; 50 a 54; 55 a 59; mais de 60 anos) tiveram crescimento expressivo em seu total, já nas três faixas mais próximas do início da carreira (até 24 anos; 25 a 29; 30 a 39), houve decréscimo em relação ao montante anterior, conforme é indicado no gráfico 1 que segue:

**Gráfico 1** – Número de docentes na Educação Básica: até 29 anos e 55 anos ou mais e quantitativo de professores no período 2016 a 2021

Fonte: Elaborado pelo SEMESP com base no INEP (2022).

Quanto à redução de matrículas, segundo o Semesp (2022), a porcentagem de ingressantes com até 29 anos em cursos de licenciatura, apresentou uma queda de 9,8% pontos percentuais na última década, passando de 62,8% em 2010, para 53% em 2020.

No espelhamento dos dados do Rio Grande do Sul das IES analisadas, apresentam-se os quadros com o panorama da oferta dos cursos de licenciatura presenciais<sup>5</sup> e Ead para melhor análise.

**Quadro 2** – Cursos de Licenciatura presenciais nas Universidades Públicas e Comunitárias da amostra pesquisada

CURSOS DE LICENCIATURA	UNIVERSIDADE PÚBLICA	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
Artes Visuais	5	4
Biologia	0	1
Ciências Biológicas	5	7
Ciências Exatas	1	0
Ciências Sociais	3	1
Ciências Humanas	1	0
Ciências da Natureza	1	0
Computação	0	1
Dança	3	1
Educação Física	5	10
Educação Especial	1	0
Educação do Campo	2	0
Filosofia	4	6
Física	5	4
Geografia	6	2
História	6	8
História-Pronea <sup>6</sup>	1	0

<sup>5</sup> Salienta-se que uma das universidades públicas, oferta o Curso de Letras e Literatura, associada com outras Línguas: francês, italiano, alemão, língua grega, latina, inglesa e espanhola. Optou-se em não inseri-la, uma vez que retrata a especificidade de apenas uma instituição.

<sup>6</sup> Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, essa oferta ocorre em regime de alternância entre uma universidade pública e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA).

Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza	1	0
Letras-Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Alemã e Literatura de Língua Alemã	2	0
Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa	3	0
Letras Português	3	6
Letras Português e Alemão	1	0
Letras Português e Espanhol	2	2
Letras Português e Francês	2	0
Letras Português e Inglês	2	7
Letras Inglês	0	4
Letras	0	1
Letras Libras Literatura Surda	1	1
Letras-Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Res- pectivas Literaturas	1	0
Matemática	4	6
Música	5	2
Pedagogia	6	12
Pedagogia Educação Infantil	0	1
Pedagogia Anos Iniciais	0	1
Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional	1	0
Química	5	3
Teatro	4	0

**Fonte:** Bordignon (2023).

Ao analisar o quadro 2, é possível inferir, nos Cursos de Licenciatura presenciais que:

- a) a) a maior oferta, nas universidades públicas, se dá nos cursos de Geografia, História e Pedagogia e nas UC, nos cursos de Educação Física e Pedagogia;
- b) b) o curso de Pedagogia apresenta maior incidência de necessidade de formação tanto nas universidades públicas e comunitárias, revelando uma demanda contínua;
- c) c) a menor incidência de oferta, nas universidades públicas, se dá nos cursos de Ciências Exatas; Ciências Humanas; Educação Especial; História (Proneira); Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza; Letras Português e Alemão; Letras, Libras, Literatura Surda e Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional; e, nas UC, nos cursos de Biologia; Computação; Dança; Letras; Letras Libras, Literatura Surda; Pedagogia Educação Infantil e Pedagogia Anos Iniciais;
- d) d) o Curso de Letras, Libras, Literatura Surda apresenta menor incidência nas duas amostras, mesmo com a necessidade imposta por legislação específica pertinente ao tema;
- e) e) a *ausência de oferta* se dá, nas universidades públicas principalmente nos seguintes cursos: Biologia, Computação, Letras Inglês, Letras, Pedagogia Educação Infantil e Pedagogia Anos Iniciais, nas comunitárias nos cursos de: Ciências Exatas; Ciências Humanas; Ciências da Natureza; Educação Especial; Educação do Campo; História (Proneira); Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza; Letras Língua Portu-  
gue-



sa e Alemã; Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Letras Português e Alemão; Letras Português e Francês; Letras-Línguas Adicionais Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas; Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional e Teatro.

A seguir, no quadro 3, apresenta-se a oferta dos Cursos de Licenciatura EaD, na amostra elencadas.

**Quadro 3** – Cursos de Licenciatura EaD nas universidades públicas e comunitárias pesquisadas

CURSOS DE LICENCIATURA	UNIVERSIDADE PÚBLICA	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
Ciências Biológicas	2	1
Ciências Exatas	1	0
Ciências Sociais	1	0
Ciências da Natureza para os Anos Finais do Ensino Fundamental	1	0
Ciências da Religião	1	0
Computação e Robótica Educativa	1	0
Educação Física	0	5
Educação Especial	1	0
Educação do Campo	2	0
Educação Indígena	1	0
Geografia	2	1
História	0	5
Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa	1	0
Letras	0	4
Letras Português	0	5
Letras Português e Literatura	1	0
Matemática	1	2
Pedagogia	2	12
Formação Pedagógica em Pedagogia	0	2
Sociologia	1	0

**Fonte:** Bordignon (2023).

Nos Cursos de Licenciatura EaD, é possível refletir sobre os seguintes pontos:

- f) a) a maior oferta, nas universidades públicas, se dá nos cursos de Ciências Biológicas, Geografia e Pedagogia e nas UC, no curso de Pedagogia;
- g) b) o curso de Pedagogia apresenta maior incidência de oferta, nos dois tipos de instituições (reforçando o que foi detectado sobre a Pedagogia nos cursos presenciais);
- h) c) a menor incidência de oferta se dá, nas universidades públicas, nos cursos de Ciências Exatas; Ciências Sociais; Ciências da Natureza para os Anos Finais do Ensino Fundamental; Ciências da Religião; Computação e Robótica Educativa; Educação Especial e Indígena; Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Letras Português e Literatura; Matemática e Sociologia; nas UC, nos cursos de Ciências Biológicas e Geografia;
- i) d) a ausência de oferta se dá, nas universidades públicas, nas áreas de: Educação Física; História; Letras; Letras Português e Formação Pedagógica em Pedagogia; e, nas comu-

nitárias: Ciências Exatas; Ciências Sociais; Ciências da Natureza para os Anos Finais do Ensino Fundamental; Ciências da Religião; Computação e Robótica Educativa; Educação Especial; Educação do Campo; Educação Indígena; Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa; Letras Português e Literatura e Sociologia (quase a maior parte destes cursos de formação de professores para atuar na Educação Básica).

Ao realizar a análise dos dados sobre a oferta de cursos de licenciatura na modalidade presencial, conclui-se que há ausências de oferta, tanto nas universidades públicas, como comunitárias, comprometendo o processo de formação inicial em várias áreas, como das Ciências da Natureza, Letras, Educação do Campo e Teatro. Ao se compreender a oferta dos cursos de licenciatura EaD, destaca-se a ausência de formação nas áreas de História, Educação Física, Letras, Ciências Exatas, Sociais e da Natureza, Educação do Campo, Educação Indígena, Letras e Sociologia.

Nesta perspectiva, o “apagão” existente na oferta dos cursos de licenciatura, tanto presenciais como EaD no Estado RS, reverbera na formação inicial nas áreas: Ciências da Natureza, Letras e Educação do Campo, embora outros cursos tenham ausência de vagas também, mas com menor ênfase.

Conclui-se, neste sentido, que há lacunas na formação inicial, comprometendo a presença de professores na Educação Básica que possibilitem a alfabetização científica, a escrita e leitura na Língua Portuguesa, a Educação do Campo e também os processos de inclusão, entre outros indicativos possíveis de serem pontuados. Na contramão do movimento do apagão das licenciaturas, identifica-se que a Pedagogia tem maior oferta na amostra, tanto na modalidade presencial quanto na EaD.

## **| E O CURSO DE PEDAGOGIA, QUE LUGAR OCUPA NESTE CONTEXTO?**

No Estado do RS, no que tange especificamente a Licenciatura em Pedagogia nos dados do Censo (2022), verifica-se que 126 IES oferecem o Curso (um acréscimo de 26,6% em relação a 2018). Destes, 113 cursos são de modalidade EaD, com 44.575 matriculados no total, e 39.158 matrículas estão na EaD, correspondendo a 87,8% . Ao se observar esses dados quantitativos, várias constatações são possíveis, destaca-se que houve um acréscimo de mais de 26,6% na oferta da Pedagogia de 2018 a 2022. Além disso, um percentual acima de 87% das matrículas está vinculada a cursos EaD.

Atualmente, a Pedagogia é o curso com o maior número de estudantes na Educação Superior brasileira. Desde que foram promulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em 2006, ele passou a se caracterizar como uma Licenciatura, um curso de formação de professores para atuarem nas etapas iniciais da Educação Básica: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Severo (2018) comenta que, além do foco no exercício da docência nessas etapas de ensino, o curso também se vincula à formação dos gestores para atuarem na direção escolar e coordenação

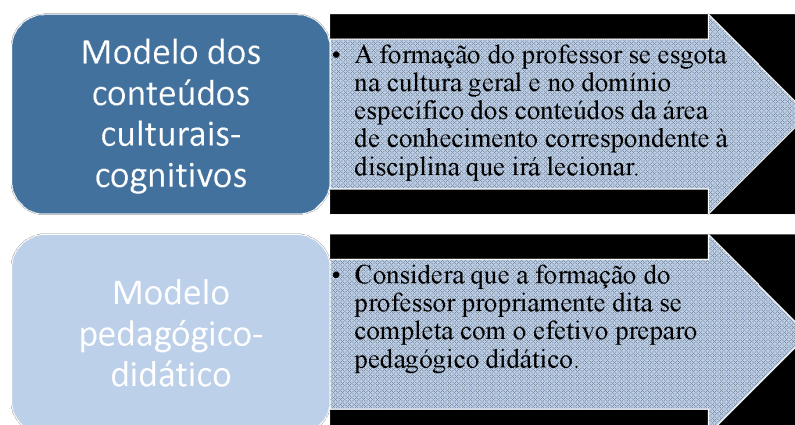
pedagógica, dentre outras áreas dos sistemas de ensino, assim como a formação de pedagogos para trabalharem em espaços educacionais não escolares.

Pimenta *et al* (2014) esclarece que as DCN do curso de Pedagogia (Brasil, 2006) se voltam para a formação de professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ainda como Pimenta (2022) expõe apesar da formação docente ser central no curso, ela não é exclusiva. Com a pulverização das finalidades do curso, a formação docente polivalente concorre com a carga horária destinada à gestão educacional e demais áreas de atuação previstas nas Diretrizes.

Por outro lado, as pesquisas sobre os cursos de Pedagogia têm evidenciado que a formação de professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental é deficitária, em especial, no que se refere ao domínio dos conteúdos de ensino das diferentes áreas disciplinares (Libâneo, 2010; Pimenta, *et al*, 2014). Daí a necessidade da formação de professores ter melhores condições para, além de garantir o referido domínio dos conteúdos escolares das primeiras etapas da Educação Básica, também possa aprimorar os processos formativos.

Saviani (2009) elucida que ao longo da história existiram dois modelos de formação de professores no Brasil, conforme indicado na figura 1:

**Figura 1** – Modelos de formação de professores



**Fonte:** Saviani (2009).

A eterna dualidade na formação de professores perdura e oferece algumas pistas para ponderar sobre as dicotomias existentes. Para Pimenta (*et al*, 2022), o primeiro refere-se ao desafio de garantir uma formação interdisciplinar ao futuro professor, cuja característica é justamente o exercício de uma docência polivalente.

O outro aspecto é em relação à necessidade de um maior investimento por parte dos cursos na formação de professores de Educação Infantil, pois a formação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental absorve a maior parte da carga horária, de modo que a Educação Infantil acaba tendo um tratamento curricular residual (Pimenta, 2014).

Ainda nessa questão, Taffarel *et al* (2009) esclarece que a ação pedagógica sendo exercida com o domínio dos conceitos da área; o domínio dos fundamentos para o trato com o conhecimen-

to; e, o domínio dos elementos específicos da docência (organização do trabalho pedagógico/teorias e metodologias específicas). Esses elementos se não estiverem articulados, comprometem as possibilidades de atuação dos futuros professores.

No que se refere à formação específica do pedagogo para atuar nas diferentes funções ocupadas pelos gestores, tais como: diretores escolares, coordenadores e supervisores de ensino, assim como os saberes dos que atuam na área da Saúde, do Sistema Judiciário, na Educação Superior, nas diferentes organizações não governamentais, entre outras, não são contempladas nos atuais projetos pedagógicos dos cursos. Pimenta (2014) e Severo (2018) destacam que, quando muito, esses conhecimentos aparecem pulverizados em uma disciplina genérica denominada “gestão educacional”.

Nesta perspectiva, Libâneo (2001) sinaliza alguns dos desafios que estão postos à Pedagogia: a) reafirmar a educação como capacitação para a autodeterminação racional, pela formação da razão crítica; b) redefinir o conceito de qualidade democrática numa pedagogia emancipatória; c) articular a vida da escola com o mundo social, informacional e comunicacional, tornando a escola um “espaço de síntese”; d) repensar os processos de ensino e aprendizagem na sociedade do conhecimento e da informação; e) caracterizar os processos de gestão da escola, construindo coletivamente a autonomia da escola e o projeto pedagógico; f) formar e profissionalizar os professores; g) assegurar uma vinculação mais estreita da Pedagogia com a Ética; h) reforçar a formação teórica dos pedagogos, no curso para tal; e, i) afirmar a especificidade do campo teórico-prático da Pedagogia.

Outra questão que merece maior profundidade reflexiva diz respeito às representações de qualidade dos Cursos de Pedagogia, tais como: prática docente; condições de trabalho; ensino, pesquisa, extensão e formação política. Ainda em tempo, embora a Pedagogia tenha oferta de vagas na realidade do RS, o acesso à Educação Superior ainda é um privilégio para poucos brasileiros. A Revista Carta Capital (2024) indica que sobram “cadeiras vazias” (vagas) nos cursos de licenciatura conforme é perceptível nas pesquisas do INEP (2020) e também nos dados dos Cenários da Educação (2020). Isso é um ponto relevante a se lembrar, além do acesso, a permanência do acadêmico deve ser considerada na construção das políticas públicas educacionais brasileiras.

## REFLEXÕES FINAIS

*[...] tornar a profissão docente atraente para atuais e futuros funcionários, por meio de melhores condições de trabalho, da garantia de benefícios de seguridade social e da garantia de que os salários de professores e de outros profissionais da educação sejam pelo menos comparáveis aos pagos em outras profissões que requerem qualificações similares ou equivalentes (UNESCO, 2015, p. 25).*

Esse artigo teve como finalidade analisar o panorama de oferta dos cursos de formação docente no Brasil e se baseou na problemática de como se configura a oferta de cursos de licenciatura no Rio Grande do Sul, nas universidades públicas e comunitárias. E nesse mote, como está o curso

de Pedagogia. Essa investigação toma como base que a formação inicial configura-se como um fator constituinte da identidade desse profissional.

As reflexões teóricas desse estudo indicam que o momento atual, vivenciado pela oferta de cursos de graduação, tanto presenciais como EaD, revelam preocupações a respeito da formação de novos quadros docentes, aliada a questões como defasagem entre o número de iniciantes e o número na etapa final da carreira, na redução das matrículas e na baixa procura pelos cursos de licenciatura.

A oferta de licenciatura no RS, nas universidades públicas e comunitárias, na modalidade EaD e presencial, em alguns cursos, como Ciências da Natureza, Letras e Educação do Campo revela lacunas, comprometendo a presença de professores no espaço da Educação Básica, onde se promove os processos de aprendizagem, relacionados a alfabetização científica, a escrita e à leitura.

Em algumas situações, essa lacuna se dá, ora nas universidades públicas, ora nas comunitárias. Reitera-se, assim, a função social das Universidades, que precisam buscar sua inserção na sociedade, analisando, discutindo e equacionando as dificuldades de atendimento à demanda da sociedade por cursos.

Nesta perspectiva, ao finalizar a análise, sobre a Pedagogia, é possível inferir que existe demanda, tanto presencial como na EaD; há necessidade de políticas de incentivo ao ingresso, permanência e conclusão do curso. Além disso, uma arquitetura curricular adequada para abranger a formação proposta pelas DCNs é fundamentalmente necessária, assim como a atuação do Pedagogo (escolas, gestão e espaço não-escolar) para garantir reflexões sobre o papel social e político do Pedagogo, no compromisso com a socialização, formação e emancipação das pessoas.

Assim, a conclusão é indicativa de que a realidade do apagão de professores no RS, também se faz sentir de certo modo na formação inicial, assim como nos dados nacionais. Nesse sentido, estudos e análises dessa natureza que busquem aprofundar as reflexões possibilitam compreender a realidade multifacetada e complexa da formação docente.

Nesta direção, também é preciso elencar a necessidade de incentivar a profissionalização e buscar melhores condições estruturais e financeiras, tanto para o ensino quanto para o professor. Essas soluções podem colaborar para o reconhecimento social e financeiro docente, bem como impulsionar políticas públicas de formação inicial, e, consecutivamente, continuada na rede básica de educação. Somente desta forma, pode-se construir uma direção segura e articular a almejada qualificação da Educação no Brasil.

Ao se propor uma reflexão sobre esse tema inquietante, é preciso dizer que os formuladores de políticas públicas na educação brasileira devem ter consciência de que podem modelar o sistema educacional, garantindo acesso justo às licenciaturas e permanência de qualidade nas instituições de ensino. Isso potencializa uma busca contínua por melhoria e aperfeiçoamento, oportunidades equitativas para todos os estudantes, participação e engajamento dos alunos. Assim, considera-se

que a formação de professores, dialoga com o futuro do país, na razão de serem os principais agentes de transformação social, formando cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo, Pioneira, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1977. Trad. Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil 1988**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 22 mar. 2009.

BRASIL. **Lei n. 12.881-Lei das universidades comunitárias**. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.881-2013?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.881-2013?OpenDocument). Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Censo da educação superior**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/tabelas\\_de\\_divulgacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf). Acesso em: 07 jul. 2023.

BORDIGNON, L. S. **A pós-graduação como interlocutora das relações universidade e comunidade**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

BORDIGNON, L. S. Formação inicial de professores: formação em extinção ou possibilidade de esperar? **XVI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, o VII Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE e o IX Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA UNESCO)**. Curitiba. Disponível em: <https://eventum.pucpr.br/educere/sobre>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CARTA CAPITAL. **Apagão de professores**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apagao-de-professores/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CENÁRIOS DA EDUCAÇÃO . Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao>. Acesso em: 14 jun. 2020.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./dez. 2003. p. 5-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CPERS. **Falta de educadores e problemas estruturais nas escolas**. Disponível em: <https://cpers.com.br/pesquisa-do-cpers-aponta-falta-de-educadores-e-problemas-estruturais-graves-nas-escolas-estaduais/#:~:text=A%20car%C3%Aancia%20mais%20expressiva%20de,nas%20institui%C3%A7%C3%B5es%20participantes%2C%20a%20135>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CUNHA, M. I.; Verbete: cursos de licenciatura. In: MOROSINI, M. C. (org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: Glossário. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

ESQUINSANI, R. S. S.; ESQUINSANI, V. A. O ‘apagão’ docente: licenciaturas em foco. **Contrapontos**, Itajaí, v. 18–n. 3, jul./set. 2018. p. 258- 269. Disponível em: <file:///C:/Users/HP/Downloads/marianass,+07.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FRIGOTTO, G. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 521-536, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/P4GFSHpzx6jVDYStftMsbWj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.355-1.379, out./dez. 2010.

INSTITUTO SEMESP. **Risco de apagão docente de professores no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MOROSINI, M. C. (org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: Glossário. v. 2. Brasília: Inep/Mec, 2006.

NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual**: a construção de redes de pesquisa. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

NEZ, E.; BORDIGNON, L. S. Políticas educacionais para formação docente: sentidos e significados. **FAED-UNEMAT**, Cáceres, v. 5, p.175–195, 2016. Disponível em: <https://periodicosteste.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3948/3140>. Acesso em: 17 jan. 2023.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e pesquisa**, São Paulo. v. 25, n. 1, 1999. p. 11-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/FVqZ5WXm7tVyhCR6MRfGmFD/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

PANIZZI, W. A universidade e a sociedade no divã do psicanalista: dos desafios que se impõem à universidade, enquanto filha bastarda do estado. **Revista Práticas de Administração Pública**. Santa Maria. v. 4, n. 1. jan./abr. 2020. p. 84-91. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/pap/article/view/35592/40307>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PIMENTA, S. G. *et al.* **A formação de professores para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental**: análise do currículo dos cursos de Pedagogia de

instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo. Relatório Técnico–CNPq (Pesquisa Coletiva–Educação). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo: 2014.

PIMENTA, S. G.; PINTO, U. A.; SEVERO, L. R. L. Panorama da Pedagogia no Brasil: ciência, curso e profissão. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 38, 2022. p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tXrLcgJxZPSV4n47WPzgpqxq/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PORTO, Y. S. Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, A. J. (org.) **Educação continuada**. Campinas: Papirus, 1998. p. 78-91.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. p. 143-155. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERO, J. L. R. L. Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte. v. 34, p. 1-23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/h8tkMFRbkwbFMmmJzB9qp3K/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 23, n. 02, jul./dez. 2005. p. 1-17.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e à educação ao longo da vida para todos. Incheón, Coréia do Sul: UNESCO. 2015. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por). Acesso em: 31 jan. 2020.

#### COMO CITAR — APA

Bordignon, L. S., & Nez, E. de(2024). O apagão docente no Brasil: o caso da Pedagogia no Estado do Rio Grande do Sul. *PARADIGMA*, XLV(Edición Temática 1), e2024018. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024018.id1563>

#### COMO CITAR — ABNT

BORDIGNON, Luciane Spanhol; NEZ, Egeslaine de. O apagão docente no Brasil: o caso da Pedagogia no Estado do Rio Grande do Sul. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, Edición Temática, n. 1, e2024018, Set., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024018.id1563>



**HISTÓRICO**

Submetido: 20 de abril de 2024.

Aprobado: 19 de julho de 2024.

Publicado: 30 de septiembre de 2024.

**EDITOR**

Fredy E. González  

**ARBITROS**

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres